GETÚLIO VARGAS E O CAUDILHISMO

GETULIO VARGAS AND CAUDILISM

Rafael Augustus Sêga[1]

RESUMO: O objetivo principal do presente artigo é mostrar motivos pelos quais as possíveis origens "platinas" ou influências "caudilhescas" de Getúlio Dornelles Vargas não se sustentam como determinantes na sua formação política. Para tanto, iniciamos o artigo com uma discussão conceitual sobre "caudilhismo" nas Ciências Sociais; passamos ao tratamento do assunto por correntes historiográficas brasileiras e, principalmente, pela discussão acadêmica sobre a ocorrência ou não desse fenômeno político em solo nacional. Os procedimentos posteriores percorreram uma breve exposição sobre a formação da região de nascimento de Getúlio Vargas, suas origens familiares e uma resumida trajetória pessoal. A partir dessa explanação, passamos à uma análise de fontes primárias (discursos oficiais) emitidas por Getúlio Vargas sobre esse assunto, com intuito de verificar a importância do assunto do caudilhismo em sua atuação pública.

Palavras-Chave: Brasil Império; Caudilhismo; Coronelismo; Castilhismo-borgismo; História do Rio Grande do Sul; Getúlio Vargas; Partido Republicano Rio-Grandense.

ABSTRACT: The main objective of this article is to show why the possible "Platine" origins or "caudillo" (warlord) influences of Getulio Dornelles Vargas are not hold as determining factors in his political formation. Therefore, we started the article with a conceptual discussion about "caudillism" in the Social Sciences, after that, we passed to the treatment of the subject by the Brazilian historiographical currents and, mainly, by academic discussion about the presence or absence of this political phenomenon in Brazil. The subsequent procedures passed by a brief exhibit of Getulio Vargas's birth region formation, his family origins and a short personal history. After this explanation, we passed to analyzing primary sources (official speeches) emitted by Getulio Vargas on this subject, with the aim of verifying the importance of caudillism on his public performance.

Keywords: Brazil's Empire; Caudillism; Coronelism; Castilhism-Borgism; Rio Grande do Sul History; Getúlio Vargas; Rio Grande do Sul Republican Party.

[1] Pós Doutor em Sociologia pela UFPR, 2008. Professor de História na UTFPR, Campus Curitiba. E-mail: rafasega@gmail.com.

Em solo brasileiro, talvez um dos termos mais polissêmicos que existe é a palavra "caudilho". Esse conceito pode designar uma vasta gama de situações ou pessoas. No futebol, vários jogadores de origem uruguaia ou argentina foram chamados de caudilhos pela imprensa especializada, como é o caso de Hebert Revetria no Cruzeiro Esporte Clube, de Darío Pereyra quando jogou no São Paulo Futebol Clube ou de Hugo de León, quando da sua passagem no Sport Club Corinthians Paulista, entre outros. No cinema, o filme de 1951 estrelado por Alan Ladd, *Red Mountain*, foi sugestivamente traduzido no Brasil com o título "O último caudilho". O faroeste *Sierra baron* de 1958, estrelado por Brian Keith, também foi transmutado aqui com o título de "O caudilho da serra". O mesmo aconteceu com o filme de 1968 estrelado por Yul Brynner, *Villa rides* que, em salas de cinemas tupiniquins, foi exibido como "Villa, o caudilho". Esses são alguns exemplos do emprego desse termo em nosso país e que deixa transparecer que o vocábulo caudilho pode indicar, para um cidadão médio, tanto a condução de um escrete por meio da "raça" do futebol platino como, no caso das artes, lideranças carismáticas de líderes rurais hispânicos. Na política, fica meio óbvio chamar líderes políticos nascidos no Estado do Rio Grande do Sul de caudilhos, por causa da proximidade do Estado gaúcho com os países platinos, como são os casos de Getúlio Vargas, Flores da Cunha, Plácido de Castro ou Leonel Brizola, entre outros. Conquanto, espanta-nos ver o termo ser empregado para designar o líder cearense Floro Bartolomeu ou os presidentes Fernando Henrique Cardoso (nascido no Rio de Janeiro) e Luiz Inácio Lula da Silva (nascido em Pernambuco). Nesses últimos casos, caudilhismo é usado com certo exagero para indicar lideranças geralmente pouco atentas às normas legais ou morais e pode se aproximar daquilo que José Murilo de Carvalho chamou de "mandonismo", que pode ser definido como "domínio pessoal e arbitrário" do poder (CARVALHO, 1993, p. 133).

Feitas essas considerações, o presente artigo intenta mostrar motivos pelos quais as possíveis origens "platinas" ou influências "caudilhescas" de Getúlio Vargas não se sustentam como determinantes na sua formação política. Porém, essa afirmação não apaga traços culturais fronteiriços do nosso personagem, como predomínio da confiança pessoal sobre a institucional, informalidade, sotaque, gastronomia ou vestimentas, mas isso não fez de Getúlio Vargas um "caudilho platino". Nossos procedimentos metodológicos perpassaram pela conceituação de "caudilhismo" nas Ciências Sociais, o tratamento do assunto por correntes historiográficas brasileiras e, principalmente, pela discussão acadêmica sobre a ocorrência ou não desse fenômeno político em solo nacional. Os procedimentos posteriores percorreram uma breve exposição sobre a formação da região de nascimento de Getúlio Vargas, suas origens familiares e uma resumida trajetória pessoal.

A partir dessa explanação, passamos à uma análise de fontes primárias (discursos oficiais) emitidas por Getúlio Vargas sobre esse assunto, com intuito de verificar a importância do assunto do caudilhismo em sua atuação pública. Para tanto, reparamos, nas entrelinhas dos discursos varguianos, uma correlação velada à figura de caudilho com a de maragato, a mais grave maledicência política que um quadro do Partido Republicano Rio-Grandense (PRR) poderia proferir no seio do "castilhismo-borgismo".

Castilhismo-borgismo foi uma corrente política consolidada a partir da doutrina professada por Júlio Prates de Castilhos e da prática política levada a cabo por Antônio Augusto Borges de Medeiros. Castilhos foi redator do jornal republicano "A Federação", deputado constituinte, presidente do Estado do Rio Grande do Sul e elaborador da Constituição do Estado gaúcho de 1891; já Borges manteve-se à frente do executivo gaúcho de 1898 a 1928, com interrupção entre 1909 a 1913 (gestão de Carlos Barbosa). Esse ideário era baseado no positivismo de Augusto Comte como fundamento para a implementação de um regime calcado na "moralidade" e na "racionalidade" e não na supremacia liberal do sufrágio. No fundo, essa era a justificativa para a montagem de um projeto regional profundamente autoritário de modernização conservadora (RODRÍGUEZ, 2000, p. 171).

Entrementes, a discussão conceitual sobre caudilhismo talvez seja uma das tarefas mais árduas das Ciências Sociais brasileiras na atualidade. De fato, nosso objetivo aqui é discorrer brevemente sobre esse conceito e tentar atestar possíveis influências do caudilhismo na formação política de Getúlio Vargas, reiterando nossa busca de suas propaladas influências platinas ou espanholas.

A origem mais aceita para a palavra caudilho deriva do latim *capitellus*, diminutivo para a palavra "cabeça". Para Carlos M. Rama, o caudilhismo é oriundo das lutas de independências das antigas colônias espanholas no continente americano no início do século XIX e que geraram carismáticos chefes rebeldes locais com milícias armadas por conta própria e que se opunham, em parte, às medidas centralizadoras dos jovens Estados nacionais americanos; segundo o autor, não havia para o caudilho "outro ponto de junção senão o de dois rios, nem mais altura que a de uma colina" (RAMA, 1987, p. 164). Já para Mabel Olivieri, o caudilhismo defendia estruturas socioeconômicas rurais mais tradicionais e foi, às vezes, obstáculo às realizações das elites urbanas agrário-exportadoras (OLIVIERI, 1991, pp. 156-157).

Justamente sobre essa dicotomia "campo-cidade" no caudilhismo, talvez a maior obra sobre o tema tenha sido "Facundo, civilização e barbárie" (SARMIENTO, 1996), de Domingo Faustino Sarmiento, escrita em seu exílio no Chile em 1845, sob forma de folhetins

no jornal *El Progreso* de Santiago, depois transformada em livro. Nessa obra, Sarmiento aponta o caudilhismo como manifestação do líder rural atrasado que desdenha a "civilização". Para Sarmiento, após as lutas de independência, na Argentina se defrontaram os projetos dos "unitários" (centralizadores – urbanos) e federalistas (descentralizadores – rurais), os primeiros representariam a supremacia do conhecimento científico e da instrução bacharelesca e os segundos a predominância do obscurantismo e do descomedimento. Sarmiento, talvez um pouco influenciado pela historiografia romântica de Thomas Carlyle, centra sua análise no desmerecimento da conduta individual do "personagem" Juan Facundo Quiroga, caudilho da região de La Rioja, que representaria a "barbárie", traduzida pela rudeza do trato e pela incultura política do interior da Argentina. De fato, o livro de Sarmiento é também um libelo disfarçado contra o ditador argentino Juan Manuel de Rosas (DONGHI, 1975, p. 119). O próprio Sarmento viria a se tornar presidente da República Argentina entre 1868 e 1874 e, segundo os historiadores Boris Fausto e Fernando Devoto, ele foi um ferrenho "defensor da escola pública gratuita como principal instrumento para o avanço da civilização" (FAUSTO & DEVOTO, 2004, p. 52).

Em relação à ocorrência do caudilhismo em solo nacional, algumas publicações de historiadores brasileiros especializados negam ou omitem o tema. É o caso de Júlio César Pimentel Pinto Filho (PINTO FILHO, 1987) que, em seu livro "O caudilhismo", escreveu o capítulo "O caudilhismo brasileiro" (pp. 49-54), no qual ele afirma que o fato do processo de independência do Brasil ter sido diferente do resto da América espanhola não favoreceu o surgimento de milícias locais em nosso país. Já Maria Lígia Coelho Prado (PRADO, 1985), em seu trabalho "A formação das nações latino-americanas" também dedica um capítulo inteiro ao tema (pp. 35-50), no qual o Brasil não figura entre as nações citadas. Ao nosso ver, esses trabalhos compreendem o caudilhismo como um fenômeno essencialmente platino.

Na historiografia sul-rio-grandense, o caso mais célebre que se alinha à explicação acima é o de Moysés Vellinho (VELLINHO, 1957), que sempre defendeu a supremacia da "vocação luso-brasileira" do Estado do Rio Grande do Sul, e procurou negar peremptoriamente traços hispânicos e caudilhescos na formação histórica gaúcha. Essa explicação se afrontava com corrente "hispânica", defendida principalmente por Manoelito de Ornellas e Othelo Rosa (GUTFRIEND, 1992, p. 77).

Queremos colocar em destaque aqui a dissertação de mestrado de Pablo Rodrigues Dobke (DOBKE, 2015), "Caudilhismo, território e relações sociais de poder: o caso de Aparício Saraiva na região fronteiriça entre Brasil e Uruguai"; um trabalho de fôlego e que é uma clara demonstração do bom estado da arte do assunto no seio da historiografia acadêmica

no Estado do Rio Grande do Sul. Um dos grandes méritos do trabalho de Pablo é fazer uma profunda revisão bibliográfica sobre o assunto, desvinculando-o da noção de "anarquismo", herdeira do Sarmiento.

Existem também vários trabalhos de especialistas não latino-americanos, mas situaremos aqui apenas dois que nos influenciaram bastante.

O britânico John Lynch (LYNCH, 1986) tem uma obra vasta sobre o assunto e uma de suas considerações mais marcantes foi a de que os caudilhos desempenharam um papel de "gendarmaria" das classes proprietárias, atuando como forças militares e policiais no âmbito da população civil.

O trabalho do norte-americano John Charles Chasteen (CHASTEEN, 2003), "Fronteira rebelde" foi publicado originalmente pela Editora do Novo México, em 1995, com o título *Heroes on horseback, a life and times os the last gaucho caudillos*. O autor se afastou um pouco das motivações econômicas e políticas do caudilhismo e procurou priorizar o exame das lideranças carismáticas dos irmãos luso-uruguaios Gumercindo e Aparício Saraiva, a quem ele classificou de "heróis culturais", distinguindo o papel de opositor ao poder central de Gumercindo na Revolução Federalista de 1893 com o de Aparício como herói nacional uruguaio, posteriormente.

A visão mais tradicional do assunto tende a ver a diferença entre o caudilhismo e o coronelismo pelo aspecto autônomo e militar do primeiro em contraste com a interdependência das instâncias administrativas estatais e o compromisso eleitoral do segundo. Nesse entendimento, não teria ocorrido caudilhismo no Brasil.

Entretanto, existe uma corrente na produção historiográfica acadêmica brasileira contemporânea, à qual nos alinhamos, que contextualiza um "caudilhismo brasileiro" ao Estado do Rio Grande do Sul no chamado ciclo "pastoril-militar", iniciado no século XIX, relacionado com a crise das vacarias de gado "alçado" (xucro) e com o começo do "grande desenvolvimento da pecuária sulina latifundiária, baseada no charque e com fortalecimento dos clãs patriarcais" (PESAVENTO, 2002, p. 23). Sérgio da Costa Franco ressalta que a "mobilidade" das fronteiras meridionais do Brasil em fins do século XVII e início do século XIX transformaram a "campanha" (parte mais meridional do Estado do Rio Grande do Sul), em um grande acampamento militar: "atrás dos regimentos, vinham as carretas dos comerciantes e contrabandistas, e, pouco depois, as cartas de sesmarias, concedendo áreas de campo aos oficiais das guarnições" (FRANCO, 1988, p. 8).

Sobre essa corrente, seu maior nome é, sem dúvida, o da historiadora Loiva Otero Félix. Em seu livro, já clássico, "Coronelismo, borgismo e cooptação política" (FÉLIX,

1996), ela situa os caudilhos do Estado do Rio Grande do Sul preferencialmente na região da campanha que, durante o período imperial, se identificavam com o Partido Liberal, berço político do líder maragato Gaspar Silveira Martins (Bagé) e que, no início da República, foi fundador do Partido Federalista, grande antagonista do PRR.

Politicamente, o ciclo "pastoril-militar" está vinculado à luta contra os castelhanos e, economicamente, ao fornecimento de charque, couros e animais em pé (bovinos e muares) ao Brasil central. Em um primeiro momento, os chefes locais organizaram parentelas e milícias que acabavam se sedentarizando em "estâncias" (OSÓRIO, 2004), a unidade de produção pastoril. Em seu livro também clássico, "Capitalismo e escravidão no Brasil Meridional", o sociólogo Fernando Henrique Cardoso ressalta que a escravidão negra também foi parte integrante desse sistema (CARDOSO, 1977, p. 53). Para Arthur Ferreira Filho, o caudilho sul-rio-grandense "surgiu como oficial de milícias, apossando-se de grandes sesmarias, se fixou num pedaço indiviso da campanha e foi obrigado, pela turbulência dos tempos a fazer das armas a suprema garantia de seus direitos" (FERREIRA FILHO, sem data, p. 27).

Mas retomemos as considerações de Loiva Otero Félix, ela identifica o "caudilhismo com o coronelismo do período imperial enquanto poder local com predomínio do sentido militar e carismático em relação ao papel político local" (FÉLIX, 1996, p. 46). Para ela, apesar dos caudilhos do Rio Grande do Sul se assemelharem socialmente com seus congêneres platinos, suas ações eram predominantemente conservadoras (FÉLIX, 1996, p. 52). O sociólogo colombiano Fernando Uricoechea segue esse entendimento ao afirmar que "na fronteira sul, o exército e as milícias coalesciam (*sic*) no Minotauro – a Guarda Nacional – guerreiro do Estado burocrático patrimonial" (URICOECHEA, 1978, p. 229). Já para César Guazzelli, "os limites que alcançava a visão dos pecuaristas rio-grandenses eram, no máximo, os dos interesses da produção regional, eventualmente comprometidos pelos desígnios centrais; foram 'patriotas' quando suas intenções eram contempladas pelos planos nacionais; e foram 'revolucionários' quando a nação se antepunha aos seus projetos" (GUAZZELLI, 1992, p. 155). Concluímos essas considerações recorrendo a Luiz Roberto Pecoits Targa quando afirma que "caudilhos das várias províncias do Prata, do Uruguai e do Rio Grande do Sul possuíam suas alianças particulares (militares ou não) que eram estabelecidas e desfeitas ao sabor das necessidades econômicas e de suas lutas pelo poder" (TARGA, 1991, p. 313). Em resumo, o caudilhismo brasileiro foi *sui generis* em relação à América hispânica.

Nesse arrazoado, as particularidades do Rio Grande do Sul em relação à América hispânica foram muitas vezes analisadas de maneira muito tendenciosa. Como é o caso de Gilberto Freyre que, por sua vez, em seu livro "Novo mundo nos trópicos", afirma que "o

suicídio de Getúlio Vargas pode ser considerado como atitude não brasileira da parte de um político, uma explicação para drama tão surpreendente talvez esteja no fato de ter Vargas nascido e crescido muito perto da América espanhola" (FREYRE, 1971, p. 12). Com todo respeito ao sociólogo pernambucano, esse tipo de abordagem corresponde a uma visão muito tradicional da "construção do caráter nacional" e que é muito questionada pelas Ciências Sociais contemporâneas (BASTOS, 1999, p. 232).

Todavia, Getúlio Vargas nasceu mesmo muito perto da América espanhola, na fronteira com a Argentina, na cidade de São Borja – RS, em 1882. Seu pai, Manuel do Nascimento Vargas, era nascido em Passo Fundo – RS; sua mãe, Cândida Francisca Dornelles, em São Borja – RS. Seus avós paternos eram Evaristo José Vargas, nascido em Encruzilhada – RS e Luzia Maria Teresa Rodrigues, nascida em Rio Pardo – RS. Seus avós maternos eram Serafim Francisco Dornelles e Umbelina Maria Jacinta, ambos nascidos em Taquari – RS. Em sua linhagem paterna, os pais de Evaristo eram Francisco de Paula Bueno, natural de Sorocaba – SP, e Ana Luísa Vargas, natural de Encruzilhada – RS. Em suas duas linhagens, Getúlio possuía ascendentes açorianos (AITA & AXT, 1997, p. 19). Francamente, Evaristo José Vargas deveria chamar-se Evaristo José Bueno, mas sua mãe foi abandonada pelo marido e renunciou o sobrenome.

Não obstante, o próprio Getúlio era cético em relação ao assunto: "nesta matéria de genealogia é melhor não aprofundar muito, porque às vezes pode-se ter a surpresa de acabar no mato ou na cozinha" (SILVA, 2004, p. 27). Em seu texto "O Rio Grande de Augusto Comte", Nelson Boeira expôs que além do positivismo oficial do PRR, no Rio Grande do Sul castilhista-borgista se verificava, no nível do debate intelectual, uma espécie de "positivismo difuso", impactado pelo cientificismo, com influências de Herbert Spencer, Ernst Haeckel, Georg Büchner, Thomas Henry Huxley, entre outros (BOEIRA, 1980, p. 45). Dessa feita, se politicamente Getúlio se identificava com os positivistas gaúchos, intelectualmente ele se identificava muito com o evolucionismo spenceriano e esse comentário deixa transparecer um preconceito racial nem um pouco dissimulado. Nesse entendimento típico de época, o mato representaria supostas origens indígenas; a cozinha, supostas origens africanas e o elemento branco seria o "mais apto".

Deveras, até meados do século XVIII, a região da cidade de São Borja fazia parte do reino espanhol, onde se formaram os "Sete Povos das Missões Jesuíticas", denominação dada ao grupo das sete reduções gestionadas pelos membros espanhóis da Companhia de Jesus à leste do Rio Uruguai, formadas pelas localidades de São Francisco de Borja (depois apenas

São Borja), São Nicolau, São Miguel Arcanjo, São Lourenço Mártir, São João Batista, São Luiz Gonzaga e Santo Ângelo Custódio.

Para garantir a posse das terras estabelecidas pelo Tratado de Madri, Portugal optou por trazer imigrantes açorianos para o extremo sul do Brasil ainda no século XVIII (FRANZEN, 2003, p. 123). A data inicial da chegada dos primeiros ilhéus no Rio Grande do Sul não é consenso, mas as pesquisas mais recentes indicam que a imigração sistemática se deu em torno de 1752. Segundo a historiadora Vera Lúcia Maciel Barroso, antes dessa data já havia tido certa imigração de ilhéus açorianos para Laguna – SC e Rio Grande – RS, mas foi em 1752 que chegaram os primeiros "casais" com o intuito primordial de ocupar sistematicamente os Sete Povos das Missões (BARROSO, 2011, p. 115). Contudo, a invasão espanhola de 1763, restringiu drasticamente as promessas da Coroa para os colonos açorianos, tanto na concessão de sesmarias, como na distribuição de utensílios (TORRES, 2004, p. 180). Diante da ofensiva castelhana, os mesmos acabaram se estabelecendo, em boa parte, na região de Viamão e Porto Alegre ficou conhecida nessa época como "Porto dos Casais".

Apesar da extrema penúria infligida aos colonos açorianos e seus descendentes, eles não esmoreceram e suas atividades econômicas eram basicamente artesanato, plantio de trigo para comércio, agricultura familiar de subsistência e pequeno pastoreio. As coroas espanholas tiveram vários confrontos diplomáticos e militares na segunda metade do século XVIII, mas em 1801, o Tratado de Badajós estabelecia que os portugueses devolvessem definitivamente a Colônia de Sacramento para a Espanha (hoje parte do Uruguai), desde que reaviessem os Sete Povos das Missões, estabelecendo praticamente as feições atuais do Estado do Rio Grande do Sul. Finalmente, depois de muito sofrimento, os descendentes dos primeiros açorianos poderiam rumar para os Sete Povos, com a particularidade de poder se inserir no sistema de desenvolvimento pastoril em maior escala. As famílias Vargas e Dornelles estavam entre elas.

Os Vargas e os Dornelles passaram a ter destaque naquela erma região fronteiriça a partir da segunda metade do século XIX. O avô paterno de Getúlio, Evaristo, lutou na Guerra dos Farrapos; seu avô materno, Serafim, foi major de milícias insurretas e seu pai lutou na Guerra do Paraguai. Após o conflito paraguaio, seu pai, Manuel, estabeleceu-se como estancieiro em São Borja e, em meados da década de setenta do século XIX, casou-se com Cândida Dornelles, com quem teve cinco filhos: Viriato, Protásio, Getúlio, Espártaco e Benjamim. No início da república, Manoel Vargas tornou-se o líder local do PRR. Em 1893, combateu os maragatos na Revolução Federalista e chegou a lutar contra as tropas de Dinarte Dornelles, seu cunhado.

Dentro desse meio familiar belicoso e contraditório é que Getúlio nasceu e cresceu. A Revolução Federalista terminou em 1895 com a vitória do PRR. Manuel Vargas galgou notoriedade militar e política, chegando à intendente (prefeito) de São Borja em 1907. Getúlio fez seus primeiros estudos em São Borja e, em 1897, rumou para cursar "humanidades" em Ouro Preto, Minas Gerais, junto a seus irmãos mais velhos, que já estudavam lá, mas, no ano seguinte, os três voltaram para sua terra natal em função de uma briga envolvendo estudantes gaúchos e paulistas, cujo resultado foi a morte de um jovem desafeto dos Vargas. Diante de um começo conturbado em seus estudos secundários, Getúlio decidiu, em 1899, tentar a vida castrense e alistou-se no Sexto Batalhão de Infantaria de São Borja, aonde chegou a segundo sargento. No início de 1900, matriculou-se na Escola Preparatória e de Tática de Rio Pardo, Rio Grande do Sul, com vistas à oficialidade. Porém, logo em seguida saiu da escola, alegando solidariedade a colegas que tinham sido expulsos por causa de um incidente disciplinar. Contudo, Getúlio ainda assentou praça no 25° Batalhão de Infantaria, em Porto Alegre.

No início de 1903, quando Getúlio estava preste a deixar o Exército, eclodiu uma ameaça de confronto militar entre Brasil e Bolívia, motivada pelo domínio do Acre, e ele chegou a ficar aquartelado no Mato Grosso; mas, nesse caso, a diplomacia prevaleceu pelo Tratado de Petrópolis e a guerra não vingou. Logo que saiu do Exército, Getúlio completou seus estudos secundários e ingressou na Faculdade Livre de Direito de Porto Alegre como ouvinte. No início de 1904, Getúlio se matriculou como aluno regular e logo começou a se posicionar como seguidor entusiasmado do castilhismo-borgismo. Em verdade, Getúlio fez sua iniciação na política gaúcha em 1906, quando seus colegas acadêmicos escolheram-no para discursar para presidente eleito Afonso Pena. No ano seguinte, ingressou efetivamente na política partidária, filiando-se ao PRR, ao lado de um grupo de estudantes que ganhariam notoriedade mais tarde na política nacional e que foram chamados por Joseph Love de "Geração de 1907" (LOVE, 1975, p. 234).

Nesse mesmo ano, os remanescentes do Partido Federalista promoveram uma grande campanha em torno da candidatura de Fernando Abbot para a presidência do Rio Grande do Sul. Ressabiado, Borges de Medeiros achou melhor não se candidatar ao terceiro mandato e indicou para o pleito seu correligionário Carlos Barbosa Gonçalves. Para dar respaldo a essa iniciativa, Getúlio fundou com seus colegas o "Bloco Acadêmico Castilhista" em apoio à candidatura do PRR. Tal bloco acabou contando também com dois cadetes da Escola de Guerra de Porto Alegre que viriam a ganhar destaque mais tarde na vida nacional: Eurico Gaspar Dutra e Pedro Aurélio de Góis Monteiro. O senador José Gomes Pinheiro Machado

apoiou os jovens estudantes e ajudou-os a lançar o jornal "O Debate", no qual tinha sua redação secretariada por Getúlio, que se formaria em Direito ao final do célebre ano como orador da turma. O destaque adquirido por Getúlio na eleição de Carlos Barbosa fez com que Borges de Medeiros o nomeasse como segundo promotor público do Tribunal de Porto Alegre, no início de 1908. Nesse tempo, os promotores eram nomeados e o cargo era considerado o primeiro degrau da carreira política no PRR. Logo em seguida, Getúlio seria incluído na lista dos candidatos do partido à Assembleia dos Representantes (casa legislativa estadual gaúcha no período castilhista-borgista), essa casa de leis tinha suas prerrogativas bem cerceadas, diante da hipertrofia do executivo gaúcho e os trabalhos da mesma acabava limitando-se se reunir três vezes ao ano com o único intuito de votar orçamento e verificar as contas do governo estadual.

Eleito deputado estadual em março de 1909, Getúlio aproveitou os largos de período de ociosidade parlamentar para levar adiante sua carreira de advogado em São Borja, largando o Ministério Público. No início de 1911, casou-se com Darci Lima Sarmanho e, desse casamento, nasceram os filhos: Lutero, Jandira, Alzira, Manuel Antônio e Getúlio. Em 1913, Getúlio começou a mostrar suas convicções e personalidade forte ao renunciar seu novo mandato de deputado estadual, diante da intervenção de Borges de Medeiros nas eleições de Cachoeira. As relações dele com Borges de Medeiros ficaram abaladas por três anos, mas o astuto Borges de Medeiros buscou a reaproximação, ofertando a Getúlio a chefia de polícia de Porto Alegre. Getúlio declinou dessa incumbência de gendarmaria, mas aceitou sua inclusão na lista de candidatos a deputados estaduais, vindo a ser eleito em 1917, iniciando um período proeminência nos quadros do PRR.

Getúlio Vargas reelegeu-se tranquilamente para Assembleia dos Representantes em 1921, contudo no nível nacional o quadro político estava conturbado com o lançamento da candidatura de Artur Bernardes para a presidência da República pelo bloco governista paulista-mineiro. Cansado da política de valorização do café, Borges de Medeiros resolveu apoiar Nilo Peçanha, candidato dissidente lançado pelo Rio Grande do Sul, Bahia, Pernambuco e Rio de Janeiro. Mas Artur Bernardes acabou vencendo o pleito e desencadeou revoltas nunca vistas antes no seio da jovem oficialidade do Exército, mas o PRR acabou defendendo a ordem institucional e não se envolveu nas rebeliões "tenentistas". Em 1922, Getúlio foi eleito deputado federal, mas adiou sua ida ao Rio de Janeiro em função da situação interna do Rio Grande do Sul para a eleição do quinto mandato de Borges de Medeiros. A oposição aglutinou os federalistas, os dissidentes republicanos e os democráticos, uniram-se em torno de Joaquim Francisco de Assis Brasil.

A eleição aconteceu novembro de 1922, com boatos de levantes da oposição e acusações de fraude dos dois lados. Nessa ocasião, Getúlio foi designado para presidir a Comissão de Constituição e Poderes da Assembleia, com prerrogativas de apurar os votos e proclamar o candidato vencedor. Borges de Medeiros foi anunciado reeleito no início do ano seguinte, em meio de uma série de rumores de que Getúlio não teria tido coragem de relatar ao chefe do PRR que ele não havia conseguido o número suficiente de votos que a Constituição estadual exigia para a vitória.

A oposição não aceitou mais essa investida do PRR calada e no início do ano de 1923. Assis Brasil e seus correligionários insurgiram-se contra Borges, provocando mais uma guerra civil no Estado gaúcho. Getúlio chegou a ser nomeado tenente-coronel por Borges, assumindo o comando do Sétimo Corpo Provisório de São Borja, mas não chegou a lutar, pois teve que rumar para o Rio de Janeiro para assumir sua vaga na Câmara Federal. Os primeiros trabalhos de Getúlio como deputado federal voltaram-se contra uma intervenção federal no Estado do Rio Grande do Sul em razão da guerra civil, que terminaria em dezembro de 1923 com o "Tratado de Pedras Altas", que estabeleceu que Borges poderia permanecer até o final do mandato em 1928, mas com os impedimentos da reeleição, da indicação de intendentes (prefeitos) e do vice-presidente do Estado. Reeleito deputado federal em 1924, Getúlio assumiu a liderança da bancada republicana gaúcha na Câmara e passou a apoiar as iniciativas discricionárias do presidente Artur Bernardes contra os tenentes, entre elas a proposta de revisão da Constituição Federal de 1891. Em 1926, Getúlio assumiu a pasta da Fazenda do sucessor de Artur Bernardes, Washington Luís, com o intuito de reaproximar o Rio Grande do Sul com o poder central. Contudo, o período de Vargas no Ministério da Fazenda durou pouco mais de um ano e foi marcado por medidas protecionistas, pela reforma monetária que instituiu o retorno do padrão-ouro e a criação da "Caixa de Estabilização", com objetivo de controle da emissão do papel-moeda.

Em meados de 1927, Borges de Medeiros indicou as candidaturas de Getúlio e João Neves da Fontoura para presidente e vice do Estado gaúcho, respectivamente. A "Aliança Libertadora" (oposição fundada em 1924 por federalistas e dissidentes republicanos) preferiu não concorrer, por acreditar na possibilidade de um governo mais conciliador nas mãos de Getúlio, que assumiu o governo do Estado do Rio Grande do Sul no início de 1928. Logo de saída, ele procurou limitar a interferência de Borges de Medeiros na sua administração. A primeira medida nessa direção foi a nomeação pessoal dos secretários de Estado, ignorando as indicações feitas por Borges. Osvaldo Aranha foi designado para a Secretaria do Interior e

Justiça; para secretário da Fazenda, Firmino Paim Filho; para a Secretaria de Obras Públicas, João Fernandes Moreira e para chefe de polícia, Florêncio de Abreu.

Logo no começo, Getúlio deu uma nova orientação ao governo estadual gaúcho, com incentivos à lavoura de arroz e à produção de charque; fundou, ainda, o Banco do Rio Grande do Sul, com finalidade de concessão de créditos rurais. No caso do charque gaúcho, Getúlio obteve junto ao Congresso Nacional a autorização da "Lei Desnacionalização", que considerava estrangeiro todo charque que transitasse por território uruguaio, independente da procedência. Com vistas a amainar os ataques da oposição, Getúlio incluiu na sua administração membros do Partido Libertador (sucessor da Aliança Libertadora), algo impensável nos tempos de Borges. No fundo, Getúlio almejava unir o Rio Grande do Sul em torno de sua candidatura à presidência da República. A alternativa de Getúlio como candidato à presidência em 1930 surgiu de uma ruptura de Minas Gerais e Rio Grande do Sul com o pacto político oligárquico nacional. O presidente de Minas, Antônio Carlos de Andrada, seria o candidato natural após a gestão do "paulista" Washington Luís, mas esse preferiu dar apoio a Júlio Prestes, do Partido Republicano Paulista (PRP). Estava plantada a semente da cizânia que resultaria no movimento insurrecional que conduziria Getúlio Vargas ao poder presidencial em 1930.

Entrementes, em toda sua vida pública, o tema do caudilhismo recorrentemente percorreu a trajetória de Getúlio Vargas. Ele próprio sempre tentou combater esse conceito, que figurou em alguns discursos seus nos seus mandatos como deputado estadual, deputado federal e "presidente de Estado" (governador). Seus discursos presidenciais não foram alvo de nossa pesquisa. Como vimos, na Assembleia dos Representantes Getúlio teve mandatos entre janeiro de 1909 e janeiro de 1913 e, mais tarde, entre janeiro de 1917 e maio de 1924. Na Câmara Federal, seu mandato durou entre maio de 1924 e novembro de 1926. Então como explicar discursos getulianos na Assembleia dos Representantes em 1925? A explicação está no fato de um deputado estadual da base do PRR, Sérgio Oliveira, ter requerido a inserção, por meio da leitura, de discursos de Getúlio Vargas na Câmara Federal nos debates da casa legislativa gaúcha em algumas ocasiões (VARGAS, 1997, p. 363). Como vimos anteriormente, se no campo filosófico, Getúlio Vargas era um "cientificista" (NOLL, 2007, p. 259), no campo político ele era incontestavelmente adepto da centralização preconizada por Júlio de Castilhos. Destarte, Getúlio sempre identificou o caudilhismo com "anarquia" ou com "violência sem peias".

Passemos a alguns pronunciamentos de Getúlio Vargas sobre esse argumento:

> Além das rivalidades anteriores, suscitadas pelas lutas entre os governos português e espanhol, pode-se dizer que estávamos colocados numa posição excepcional no seio da América. Ao lado das tendências irrefreadas das repúblicas hispano-americanas, viviam os brasileiros, povo de índole pacífica, a princípio submissos à vontade férrea da metrópole e depois jungidos à centralização do unitarismo monárquico, governados pelos gabinetes, sobre os quais atuava a vontade pessoal do imperador. (40ª sessão, 09 de novembro de 1909, Assembleia dos Representantes – RS, in: VARGAS, 1997, p. 102).

No trecho acima, o jovem Getúlio Vargas remete-se aos processos de independência da América Latina no início do século XIX, apesar de Getúlio não usar diretamente o termo caudilhismo, ele ressalta que as "tendências irrefreadas das repúblicas hispano-americanas" indicam uma falta de ordem em contraposição a um contexto de submissão dos luso-brasileiros aos mecanismos centralizadores da metrópole e depois do Império brasileiro. Em 1909, o jovem Getúlio Vargas defende uma suposta "índole pacífica" do povo brasileiro após a Guerra Civil de 1893, que ceifou por volta de doze mil vidas! Evidentemente, Getúlio precisa aqui reiterar um discurso ideológico de harmonia para legitimar o mando do PRR, nas palavras de Loiva Otero Félix: "pela necessidade histórica de uma minoria apresentar-se como maioria para legitimar e justificar uma identidade" (FÉLIX, 1996, p. 21).

Vejamos outro excerto:

> Talvez haja em nós, um tanto em excesso, o prazer pelo risco das aventuras, mas há também, em abundância, o sentimento de lealdade, de generosidade, de franqueza, e esta transbordante alegria de viver que alguém já assinalou e que nos vem, provavelmente, da visão panorâmica dos largos horizontes. Talvez haja, também, um resquício de caudilhismo, transformado ao feitio da época, mas transparecendo ainda na violência dos gestos para a realização das ideias. Mas, V. Ex.ª não deve, por isto, denegrir a sua terra e a sua gente nas suas expressões orgânicas e representativas, porque seria aviltar-se no próprio conceito dos que o escutam. Porque se as acusações de V. Exas. fossem verdadeiras, o Rio Grande do Sul não seria o que é: bastião da nacionalidade destacado nos confins longínquos da grande Pátria, defrontando duas repúblicas progressistas, absorventes, de profundo instinto para a luta e onde somos obrigados a manter um esforço contínuo, sereno, mas heroico, na defesa da língua, das tradições e da cultura brasileiras. (Sessão ordinária, 29 de outubro de 1924, Câmara Federal, in: VARGAS, 1997, p. 449).

A passagem acima se refere a uma altercação entre Getúlio Vargas e Lindolpho Collor, pela situação, contra os deputados oposicionistas Arthur Caetano e Wenceslau Escobar na Câmara Federal. Nesse discurso, reparamos que Getúlio deixa transparecer que se existe um "resquício de caudilhismo" no PRR, expresso pela violência, ele é suplantado pela

"lealdade, pela generosidade e pela franqueza", não só internamente no Rio Grande do Sul, mas também em relação ao Brasil.

Sobre esse assunto, Getúlio Vargas ainda expôs:

> Sr. Presidente, em uma das sessões anteriores desta Casa, nobres deputados da oposição, ocupando-se da rendição de Honório Lemes, fato que pôs termo à última tentativa revolucionária no Rio Grande do Sul, fizeram referências, mais insinuadas por meio de palavras veladas do que em afirmações positivas, mas que lograram publicidade em jornais estrangeiros, de que aquele caudilho gaúcho fora vítima de uma emboscada, quando se entabulavam negociações para a sua rendição. Os simples louvores com que os representantes da oposição traçaram a poliantéia e engrinaldaram a fronte de Honório Lemes, não seriam motivo para impugnação de minha parte. Conquanto, não estivesse eu de inteiro acordo em tais encômios, todavia não posso deixar de respeitar essa atitude da oposição, pois considero perfeitamente digna de acatamento essa magnânima solidariedade para com o bravo caudilho vencido. (39ª sessão, 10 de novembro de 1925, Assembleia dos Representantes – RS, in: VARGAS, 1997, p. 401-402).

A sessão acima é marcada pelos acirramento dos ânimos entre Getúlio e Simões Lopes Filho, deputado oposicionista. O personagem em questão, Honório Lemes, ficou conhecido como "Leão do Caverá" (região montanhosa que se estende entre Rosário do Sul e Alegrete). Antigo maragato da pugna de 1893, em 1923 Honório tinha quase sessenta anos de idade e voltou a pegar em armas contra o quinto mandato de Borges de Medeiros, na chamada "Revolução Libertadora", liderada por Joaquim Francisco de Assis Brasil. No ano seguinte apoiou a sublevação de Luís Carlos Prestes em Santo Ângelo contra o presidente Artur Bernardes (COSTA, 1998, p. 225). Nesse trecho, Getúlio Vargas deixa transparecer uma reminiscência da identificação dos oposicionistas assisistas às figuras de caudilhos ou até mesmo, veladamente, de "maragatos". Sem embargo, notamos um tom conciliador de Getúlio com os mesmos, já acenando às tentativas de pacificação dos antagonismos e que resultaria na sua eleição para a presidência do Rio Grande do Sul em 1927. Essa trégua seria consubstanciada com a criação da "Frente Única Gaúcha" (FUG), em 1929, com vistas a apoiar o nome de Getúlio para a disputa da sucessão de Washington Luís nas eleições presidenciais. Basta lembrar que, no final de sua vida, Honório Lemes apoiou a candidatura de Getúlio Vargas em 1930.

Assim, é também notável um pronunciamento de Getúlio, no exercício da presidência do Estado do Rio Grande do Sul (o autor não se refere à data), sobre as "revoltas tenentistas", comparando-as justamente com o caudilhismo:

> Este movimento revolucionário é um profundo retrocesso, é um anacronismo. É um retrocesso ao período execrando do caudilhismo, que foi

> o flagelo das Repúblicas Hispano-Americanas; é o retrocesso a uma fase transata da nossa evolução social, é a volta a esse período das montonerias das repúblicas platinas. É uma retrogradação (*sic*) ao período histórico das califórnias, em que os indivíduos que desbaratavam as suas fortunas procuravam reparar as avarias causadas pelos desperdícios, arrebanhando as fazendas alheias. (HENRIQUES, 1961, p. 14).

O trecho acima deixa transparecer o conservadorismo de Getúlio com relação aos sediciosos e sua aversão em relação às "raides" caudilhistas. Contudo, ele provavelmente se referia à Coluna Prestes, uma vez que sua gestão estadual durou de 1928 a 1930. Getúlio Vargas se refere primeiro a um conceito platino, as "montoneras" (no texto, "montonerias"), que o historiador norte-americano John Charles Chasteen define como "uma brigada ligeira irregular" (CHASTEEN, 2003, p. 21). Já sobre o termo gaúcho "califórnias", recorremos à Sandra Jatahy Pesavento, que esclarece que se tratava do contrabando de gado uruguaio para as charqueadas sul-rio-grandenses no decurso do século XIX (PESAVENTO, 2002, p. 41). Já para Chasteen, a origem do termo está relacionada aos lucros dos "abigeatos" (roubos de animais domesticados), que os sul-rio-grandenses comparavam aos lucros da corrida do ouro de 1849, na Califórnia (CHASTEEN, 2003, p. 70).

Ainda assim, a pecha de "caudilho platino" para Getúlio se deu por diversos motivos. Em linhas gerais, pode-se dividir os trabalhos biográficos sobre Getúlio Vargas em três modalidades: os aduladores, os detratores e os acadêmicos. Em quase todos, algumas linhas sobre as origens fronteiriças do biografado foi escrita. É oportuno aqui, ao nosso ver, citar alguns exemplos dos dois primeiros, para analisarmos juízos de valores emitidos.

Nos trabalhos dos que exaltam Getúlio Vargas, eles quase transformaram São Borja em uma mistura de uma Esparta missioneira com uma Santiago de Compostela guarani. Talvez o maior bajulador que Getúlio teve foi André Carrazzoni (STEFFENS, 2012), o qual seus escritos panegíricos beiram ao exagero sem limites e sobre as origens de Getúlio não poderia ser diferente. Para Carrazzoni, São Borja (e a região missioneira como um todo) é um "duplo refúgio – as pedras do fortim, para o corpo, e os altares do templo, para a alma" (CARRAZZONI, 1939, p. 12). Mas o cordão das lisonjas não para por aí, Alexandre Marcondes Filho, no prefácio do livro de Barros Vidal, "Getúlio Vargas, um destino a serviço do Brasil", afirma que foi o fato de Getúlio ter nascido na fronteira que fez com que ele tivesse "constantemente sob os olhos a imagem da perenidade e da grandeza da Pátria" (Apud: VIDAL, 1945, p. 19).

Já no caso dos detratores, a propalada influência "platina" na personalidade de Getúlio adquire, obviamente, um caráter bem pejorativo. Afonso Henriques, em seu livro

"Vargas, o maquiavélico", chegou ao extremo de afirmar que a violência de cunho caudilhista era quase uma virtude naquele ermo rincão da América do Sul: "em Santiago do Boqueirão (hoje, município de Santiago – RS) quem não é assassino é ladrão" (HENRIQUES, 1961, p. 20). Já Cláudio de Araújo Lima, em "Mito e realidade de Vargas", insistiu com a afirmação de que, mesmo presidente, Getúlio nunca perdeu "seu jeitão prosaico de estancieiro fronteiriço" (LIMA, 1955, p. 75).

À guisa de conclusão, tentamos ao longo do texto mostrar motivos pelos quais as possíveis origens "platinas" ou influências "caudilhescas" de Getúlio Vargas não se sustentam como determinantes na sua formação política. Deveras, vimos que Getúlio Vargas foi um adepto da racionalidade científica e da centralização do Estado frente aos interesses dos potentados regionais e que, apesar das tentativas de seus detratores de qualificá-lo como caudilho, ele sempre esteve muito mais para Domingo Faustino Sarmiento do que para Juan Facundo Quiroga.

BIBLIOGRAFIA

AITA, Carmen & AXT, Gunter. "A origem". In: VARGAS, Getúlio. *Discursos (1903-1929).* Porto Alegre: Assembleia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul, 1997.

BARROSO, Vera L. M. "Açorianos no Rio Grande do Sul: uma presença desconhecida". In: CARELI, Sandra da S. & KNIERIM, Luiz C. (orgs.). *Releituras da História do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: CORAG, 2011.

BASTOS, Elide R. "Casa-grande & senzala". In: MOTA, Lourenço D. *Introdução ao Brasil, um banquete no trópico*. 2ª ed. São Paulo: SENAC, vol. 1, 1999, pp. 215-233.

BOEIRA, Nelson. "O Rio Grande de Augusto Comte". In: DACANAL, José H & GONZAGA, Sergius. RS: cultura e ideologia. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1980, pp. 34-59.

CARDOSO, Fernando Henrique. *Capitalismo e escravidão no Brasil Meridional, o negro na sociedade escravocrata do Rio Grande do Sul*. 3ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

CARRAZZONI, André. *Getúlio Vargas*. 2ª ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1939.

CARVALHO, José Murilo de. "Mandonismo, coronelismo, clientelismo: uma discussão conceitual". In: IDEM. *Pontos e bordados, escritos de história e política*. Belo Horizonte: UFMG, 1999, pp. 130-153.

CHASTEEN, John C. *Fronteira rebelde, a vida e a época dos últimos caudilhos gaúchos*. Porto Alegre: Movimento, 2003.

COSTA, Elmar Bones (editor chefe). In: *História ilustrada do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Já Editores, 1998.

DOBKE, Pablo R. *Caudilhismo, território e relações sociais de poder: o caso de Aparício Saraiva na região fronteiriça entre Brasil e Uruguai*. Santa Maria: UFSM, Dissertação de Mestrado, Pós-Graduação em História, orientação de Maria Medianeira Padoin, 2015.

DONGHI, Túlio Halperin. *História da América Latina*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1975.

FAUSTO, Boris & DEVOTO, Fernando J. *Brasil e Argentina, um ensaio de história comparada (1850-2002)*. São Paulo: Ed. 34, 2004.

FÉLIX, Loiva O. *Coronelismo, borgismo e cooptação política*. 2ª ed., Porto Alegre: UFRGS, 1996.

FERREIRA FILHO, Arthur. *Revoluções e caudilhos*. Porto Alegre: Ed. Querência, sem data.
FRANCO, Sérgio da Costa. *Júlio de Castilhos e sua época*. 2ª ed. Porto Alegre: UFRGS, 1988.

FRANZEN, Beatriz V. "Açorianos no Rio Grande do Sul, a identidade açoriana nas obras de cronistas, viajantes e historiadores sul-rio-grandenses". In: *Revista de História Arquipélago*. Ponta Delgada: Repositório da Universidade dos Açores, 2ª série (VII), 2003.

FREYRE, Gilberto. *Novo mundo nos trópicos*. São Paulo: Edusp/Nacional (Coleção Brasiliana), 1971.

GUAZZELLI, César A. B. "O caudilhismo". In: GONZAGA, Sergius & FISCHER, Luís A. (orgs.). *Nós, os Gaúchos*. Porto Alegre: UFRGS, 1992, vol. 1, pp. 153-156.

GUTFREIND, Ieda. *A historiografia rio-grandense*. Porto Alegre: UFRGS, 1992.

HENRIQUES, Afonso. *Vargas, o maquiavélico*. São Paulo: Palácio do Livro, 1961.

LIMA, Cláudio de A. *Mito e realidade de Vargas*. 2ª ed., São Paulo: Civilização Brasileira, 1955.

LOVE, Joseph. *O regionalismo gaúcho e as origens da revolução de 1930*. São Paulo. Perspectiva, 1975.

LYNCH, John. "*El gendarme necesario: los caudillos como agentes de orden social, 1810-1850*". In: *Revista da Universidade Nacional da Colômbia*. Bogotá: 1986, pp. 18-28. Disponível em forma de mídia eletrônica (Internet): www.revistas.unal.edu.co/index.php/revistaun/article/download/11815/12364. (Acessado em 19 de março de 2016).

NOLL, Maria I. "O positivismo e as origens do varguismo". In: TRINDADE, Hélgio (org.). *O positivismo, teoria e prática: sesquicentenário da morte de Augusto Comte*. 3ª ed. Porto Alegre: UFRGS, 2007.

OLIVIERI, Mabel. "Caudilhismo, verbete". In: BOBBIO, Norberto *et alii* (orgs.). *Dicionário de política*. Brasília: UnB, 1991, pp. 156-157.

OSÓRIO, Helen. "Estancieiros que plantam, lavradores que criam e comerciantes que charqueiam, Rio Grande de São Pedro (1760-1825)". In: GRIJÓ, Luiz A. *et alii* (orgs.). *Capítulos de história sul-rio-grandense*. Porto Alegre: UFRGS, 2004, pp. 75-90.

PESAVENTO, Sandra J. *História do Rio Grande do Sul*. 9ª ed. Porto Alegre: Mercado Aberto 2002.

PINTO FILHO, Júlio C. P. *O caudilhismo*. São Paulo: Brasiliense, 1987.

PRADO, Maria Lígia C. *A formação das nações latino-americanas*. 2ª ed. São Paulo: Atual, 1985.

RAMA, Carlos M. "Caudilhismo, verbete". In: SILVA, Benedicto (org.). *Dicionário de ciências sociais*. 2ª ed. Rio de Janeiro: FGV/MEC, 1987, p. 164.

RODRÍGUEZ, Ricardo V. *Castilhismo, uma filosofia da República*. Brasília: Senado Federal, 2000.

SARMIENTO, Domingo F. *Facundo, civilização e barbárie no pampa argentino*. Porto Alegre: UFRGS/PUC-RS, 1996.

SILVA, Hélio. *Getúlio, uma biografia política*. Porto Alegre: L&PM, 2004.

STEFFENS, Marcelo H. "Biografias na década de 1930: um gênero 'em' e 'para' formação". In: *Anais do XVIII Encontro Regional de História – ANPUH-MG*. Mariana, 2012.

TARGA, Luiz R. P. "O Rio Grande do Sul: fronteira entre duas formações históricas". In: *Ensaios FEE*. Porto Alegre, vol. 11 (2), 1991, pp. 308-344.

TORRES, Luiz H. "A colonização açoriana no Rio Grande do Sul (1752-63)". In: *Biblos – FURG*. Rio Grande, nº 16, 2004.

URICOECHEA, Fernando. *O minotauro imperial*. São Paulo: DIFEL, 1978.

VARGAS, Getúlio D. *Discursos (1903-1929).* In: AITA, Carmen & AXT, Gunter (orgs.). Porto Alegre: Assembleia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul, 1997.

VELLINHO, Moysés. "O gaúcho rio-grandense e o gaúcho platino". In: *Fundamentos da cultura rio-grandense*. Porto Alegre: Faculdade de Filosofia da Universidade do Rio Grande do Sul, vol. 2, 1957.

VIDAL, Barros. *Getúlio Vargas, um destino a serviço do Brasil*. São Paulo: Olímpica, 1945.

RECEBIDO EM: 06/04/2016
APROVADO EM: 05/10/2016